

Na luta de grupos, quem perde é o País

AVC

CAIO POMPEU DE TOLEDO

A Constituinte trouxe à discussão novamente as tão decantadas ideologias, o que — em si — não nos parece mau; o que nos parece mau é que antolhos ideológicos deixem de lado o grau necessário de pragmatismo, pelo qual se avalie o que é melhor para o Brasil e não apenas para este ou aquele partido ou ideologia.

A esquerda concentra-se principalmente nos assuntos econômicos, quase sempre com uma visão altamente estatizante; e isto quando o processo, no mundo inteiro (inclusive Rússia e China) roda no sentido oposto. Excessos na mitificação do FMI, radicalismos descabidos na conceituação de empresa nacional e na conversibilidade em capital de risco da dívida externa, só prestam desserviços e serão vistos como um isolamento mundial do Brasil. O pior é que isso acontece quando precisamos desesperadamente de investimento — interno e externo — para aumentar a produção e a oferta de emprego no País.

Parece-nos que a esquerda se esqueceu do social. Limita-se (parte dela) a defender propostas inexecutáveis na área da estabilidade no emprego; e os investimentos prioritários em educação, saúde, alimentação, lazer (como, por exemplo, a

emenda Calmon)? E a assistência especial aos idosos e aos menores abandonados? E os pequenos e médios empresários, escorchados por juros que se tornaram impagáveis? E o controle da natalidade? E a descriminalização do aborto, esquecida por um conluio implícito com a Igreja?

Enquanto isso a direita enrola-se em tornar irrealizável a já de per si difícil reforma agrária, voltando a tempos em que não existia sequer o estatuto da terra.

Ao mesmo tempo (como bem disse o senador Fernando Henrique Cardoso) interesses corporativistas lutam com unhas e dentes para tentarem fazer constar na Constituinte eventuais direitos difusos que — se aceitáveis — deveriam constar de leis ordinárias.

Do fisiologismo, nem se fale.

Em meio a tudo isso debatem-se os verdadeiros liberais, tentando fazer prevalecer a tese de uma democracia política e social, ditada por uma Constituição limpa de tudo que não precise constar da Carta Magna.

Torcemos pelo bom-senso, pelo consenso pragmático em torno do que interesse ao País, e não a grupos setorializados.

Caio Pompeu de Toledo é deputado federal pelo PMDB de São Paulo